

O ÚLTIMO VÔO DO FLAMINGO: POR UMA POÉTICA DO ESPAÇO-NAÇÃO MOÇAMBICANO COMO *PERFORMANCE* E DEVIR.

Profa. Dra. ELISABETE NASCIMENTO (UFRJ/UCAM) ¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo investigar a obra *O último vôo do flamingo*, do escritor Mia Couto, como instauradora de uma Poética do espaço-nação moçambicano. O espaço será questionado como um mosaico de referências mnêmicas e identitárias, categoria complexa face às reconfigurações das territorialidades e mapas decorrentes das aporias da pós-modernidade e dos processos de re(des)geograficação pelo viés literário. É hipótese desta abordagem, que a obra faz esboroar as tentativas de ocidentalização e de canonização impostas a Moçambique quando da partilha da África, bem como promove o esgarçamento do corpo memorial do ocidente ao fazer explodir os corpos dos boinas azuis da ONU.

Palavras-chave: reconfigurações identitárias, espaço-nação moçambicano e descanonização literária.

1- Introdução

“ ARTIGO 1.- A República de Moçambique é um estado independente, soberano, unitário, democrático e de justiça social.” (Constituição Moçambicana de 2000)

Enquanto em Tizangara: “ Eu tenho que dar relatório aos meus chefes em Nova Yorque, não quero estórias nem lendas.” (COUTO, M. 2000: p. 116)

O *topos* de enunciação da obra a ser investigada é Moçambique, país da África austral, que viveu a experiência da colonização lusófona. Moçambique e a África de uma forma geral foram idealizados em função dos diferentes processos de romantização que o continente “ágrafo” sofreu ao ser enunciado preponderantemente pelo Ocidente, e que também lhe “ofereceu” a ocidentalidade. A institucionalização de sua existência passou da inexistência à invisibilidade, pela vitimização e pelo encantamento, e o transformou em nichos de mercado pelo fascínio e exotismo e erros da

¹ Elisabete nascimento- Doutora em Semiologia pela UFRJ
E-mail: elisabetenascimento@hotmail.com
Instituição UFRJ/UCAM

própria romantização, e por “fim” pela tomada crítica dos processos atuais em África com o pós-colonialismo.

As identidades atreladas ao projeto de Estado-nação foram construídas como modelos de classificação, como estratégia de poder das elites desse Estado repleto de nações. Essa classificação tornou-se política de um Estado moçambicano preocupado em promover a estabilidade social após quinhentos anos de colonização e quinze/dezesseis de guerra civil, e principalmente quando do processo de paz, que foi negociado, tal como a própria unidade identitária.

A identidade moçambicana, hoje, está na tensão entre identidade e identificação, esta última muito mais móvel e cambiante, entre forças extrínsecas e intrínsecas, entre forças centrípetas e centrífugas próprias da linguagem. No entanto, mesmo o substrato “oferecendo” uma rede de infinitas possibilidades polissêmicas, uma rede de infinitas negociações, tensões e renegociações, pode fazer emergir conflitos, xenofobia, e levá-los a tornar-se superestrato, ou mesmo a serem cooptados por interesses diversos, e virem a ser superestrutura.

O que é importante ressaltar é que a identidade moçambicana é recente em relação à moçambicanização, da qual muitos substratos participam, e que, se Moçambique foi construído político-administrativamente sob a base de desenraizamento e de superestrato, este processo foi e tem sido dinâmico, e subestimou tanto os substratos moçambicanizantes quanto o modelo idealizado.

Esse coescionamento só é possível a partir do compartilhamento, permutabilidade e reconhecimento das elites das diferentes formas e estratégias do povo em preservar componentes étnicos e tribais como forma de resistência à invisibilidade que lhes é imposta. Talvez esse seja o pior mal-estar em Moçambique, porque a opressão não velada pode ser combatida, mas a velada é subliminarmente invisível, podendo transformar-se em estratégias terroristas.

Na prática, o consumo de marcadores identitários funciona como estratégias de inserção e mobilidade sociais, e revela a tensão entre identidade nacional e as infindáveis identificações, como um processo mais performático e processual. As lutas de libertação nacional, o mito de fundação da FRELIMO² e mesmo a institucionalização dos saberes alijados do processo identitário vão tecendo a memória nacional em sentido *lato*, e neste aspecto, enquanto estrutura lingüístico-discursiva, estes não determinam o comportamento ou mesmo a identidade moçambicana, mas habitam o espaço de confluência de territorialidades, o que inclui a memória das confrontações, de intercâmbios e migrações.

Os questionamentos, a(s) hipótese(s) e toda a problematização sobre a construção do estado-nação moçambicano e a sua ressemantização como espaço-nação performático levaram esta abordagem na direção de uma grande resposta situada em diferentes tempo e espaço, e que aponta para diferentes, contraditórias e convergentes territorialidades. É o que se vê na obra *O último vôo do flamingo*, narrativa considerada grande expoente de territorialidades. Buscou-se investigar tal obra como expressão lusófona de territorialidades moçambicana(s) à luz das contribuições multiculturais e geoculturais.

O universo da Literatura, a língua oficial de um Estado-nação, foi e tem sido componente central das identidades culturais e mesmo nacionais, guardadas as especificidades em torno das quais, as nações, em especial Moçambique, foi engendrado. Sabe-se que a língua e a Literatura foram e são a base não só das identidades culturais como a base do Estado-nação, quer do século XIX, quer do século XX, como no caso moçambicano. Nesse sentido, ressalta-se a idéia de que a língua e a Literatura têm nas narrativas e fabulações instrumentos de construção de laços identitários.

Embora houvesse grupos autóctones e étnicos em Moçambique, não se pode falar em nação moçambicana sem citar a experiência da colonização vivida na ex-colônia portuguesa, já que é o recorte político que vai configurar artificialmente os limites deste e de outros Estados-nação, contrariando outras territorialidades rivais, inclusive. As fronteiras históricas e identitárias são, nestes ter-

² Frente de Libertação de Moçambique, partido político fundado por Eduardo Chivambo Mondlane em 1962.

ritórios moçambicanos, os limites impostos pela experiência colonial. A experiência colonial é a experiência da territorialização imposta por um mecanismo de cooptação, de aculturação e/ou trans-culturações, sendo a lusofonia a base da colonização política e cultural.

Cabe-nos ainda indagar como a Literatura contribuiu para a formação/consolidação de um Estado-nação e/ou sua descolonização literária, principalmente quando se fala no fim do estado nacional tradicional.

O fato da cultura africana, em especial a de Moçambique, ser baseada na oralidade fez da língua européia um forte componente de “unidade” para a cultura oral que passa a ser descrita pela língua do colonizador. Dessa forma é que se dá o estabelecimento do Estado que se constitui em “consonância” com a construção da nação moçambicana. É esta “babel” que faz do português a língua de conversão, mas ainda assim, a sua capacidade de língua franca é restrita, já que a maioria da população era analfabeta, havendo poucos escritores e leitores de português³ em Moçambique, na época da colonização.

Neste sentido, a obra *OUVF* é lida não só como estratégias de inscrição dos excluídos, periféricos e subalternos; em suas especificidades locais, a narrativa é central para a compreensão do nacional no sentido mais amplo, complexo, e dinâmico, em direção ao universal.

1- O que é o Estado-nação?

O que faz com que milhares de pessoas submetam-se a sacrifícios em nome de uma pátria? E por ela lutem, matem e morram?

Como se pode ler no verbete da enciclopédia Barsa: “a nação fundamenta-se de uma missão comum, alimentada pela recordação das tradições e de glórias que remontam às gerações anteriores; sobrevivem na geração presente e projetam-se nas futuras.”⁴ Decorre dessa experiência comum, uma espécie de solidariedade psicológica, um efeito desse poder da narração e da repetição dessa narração sobre o imaginário que incorpora de diferentes maneiras e reatualiza constantemente pela linguagem a identidade coletiva e individual. É claro, no entanto, que essa identidade não exclui diversidades, conflitos e distintos processos de identificações.

O século XVIII vai formular a teoria de nação inscrita em um Estado político administrativo, com o qual a Nação deve coincidir, o que não acontece com boa parte dos Estados-nação. A Revolução Francesa atrela-se ao conceito de nação, à idéia de liberdade e de progresso. A figura responsável pelo elo unificador, o Rei, símbolo de nacionalismo, é substituído pelo poder do Povo. Portanto, Estado e Nação devem coincidir numa mesma solidariedade compartilhada na idéia de Estado-nação. Enquanto a nação é um conceito cultural, pois se refere a pessoas que comungam a “mesma” memória, origem, língua e história, tipicamente homogêneas e hegemônicas, o Estado é supostamente o seu correspondente político-administrativo. O Estado-nação deve corresponder a pessoas “inscritas” em um mesmo território sob o poder de um governo comum.

A nacionalidade é um vínculo jurídico que se estabelece entre as pessoas e o Estado a partir de relações externas tais como o voto, os direitos e deveres, a Constituição, e a partir de relações subjetivas como a proteção que se oferece ao indivíduo que se sujeita à autoridade do Estado, mas é por ele “protegido” e tem “garantias” de direitos e privilégios constitucionais. Essa relação é tutelada

³ Ainda hoje, os falantes do português são poucos em relação à diversidade lingüística; cerca de 8% do total da população urbana e rural falam o português. Curiosamente o português, apesar de pouco falado, é a língua mais conhecida em toda a extensão territorial moçambicana, enquanto o *Emakwa*, a língua mais falada em Moçambique por cerca de 26% do total da população, esta “localizada” em regiões específicas, não sendo tão conhecida como o português.

⁴ BARSÁ (1998: p.238)

pelo voto, na crença do governo democrático, exercido pelo povo através dos representantes que elege.

O movimento ideológico que dá corpo e materialidade ao Estado-nação é o Nacionalismo, conjunto de princípios doutrinários, filosóficos e político-administrativos surgido no século XVIII, que serve de base à difusão da idéia de Estado-nação. O Nacionalismo é, como afirma Sergio Buarque de Holanda, “uma doutrina política que reivindica para os povos o direito de formarem nações politicamente organizadas em Estados soberanos.”⁵ As nações que se constituíram tardiamente e que tiveram exacerbado um nacionalismo feroz e autoritário construíram doutrinas igualmente autoritárias e xenófobas como o Nazismo e o Fascismo.

Mesmo no caso de Moçambique que viveu guerras sangrentas contra o colonialismo e contra o tipo de nação que se sucedeu, mesmo ali em solo africano, a defesa pela nação é ferrenha; o que nos levaria a indagar:

O que as nações têm em comum? Para Bhabha é capacidade de conexão, de continuidade, de coesão, de ligação com o supremo e de construção de uma ficcionalidade compartilhada em função de uma relação de pertencimento a um grupo com os “supostos” mesmos ideais. O nacionalismo é recente, mas as nações remontam a um passado imemorial.

A política de mestiçagem e branqueamento conserva este aspecto de tornar nacional o que *a priori* não tem a categoria de nacional. A imposição da língua portuguesa, por exemplo, como língua nacional tem como um dos objetivos a “colonização” moçambicana, ou mesmo permitir uma coesão possível, uma língua-verdade, de conversão (não-forçada, mas “natural”), de representação e de enunciação das imaginações nacionais - um sistema intercambiável e de prestígio.

O parcelamento da África é um exemplo de territorialidade forçada e sujeitada, imposição de comunidades imaginadas sem comunidade lingüística, um exemplo de como estes Estados-nação expandiam “seus” domínios. Lá, outros elementos serviram de coesão: o rádio, a TV, a Internet, mecanismos não disponíveis no início do século XIX. Aliás, o século XX⁶ conta com outros aparatos: uma “educação de massa”, uma propaganda do Estado, a escritura oficial da história, o militarismo, eleições, organização partidária, comemorações, que são estratégias de afirmação da identidade nacional. Benedict Anderson afirma que a língua não é um mero símbolo da *nation-ness*, como pensam alguns ideólogos; sua importância reside na capacidade de gerar comunidades imaginadas. É o meio através do qual um moçambicano, por exemplo, é imaginado.

Mas o nacionalismo, como dito antes, já não possui em seu cerne as marcas do internacionalismo revestindo-se de tendências imperialistas? Esses estados africanos já não indicariam tal tendência? Que tipo de estado-nação seria uma alternativa para os conflitos, que se não provocados pelo “nacionalismo” colonial, foram por eles fomentados gerando um caos na África subsaariana, deixando-a à margem das “benesses” do projeto planetário?

2- Que função pode assumir a Literatura neste contexto?

À medida que os processos políticos esvaziam-se e não mais legitimam interesses do grupo, que alternativa as culturas à margem da globalização têm para a coesão e coerência de seu tecido nacional?

Neste trâmite, *O Último vôo do flamingo*, como obra de linguagem, se constitui como uma das mais perturbadoras experiências literárias, ao confrontar a memória dos “vencidos” e “periféricos” tizangarenses com a historicização da experiência de geografação imperialista sobre o espaço africano, e em especial sobre o espaço moçambicano. Pode-se perceber que, neste confronto entre o

⁵ HOLLANDA, S.B.(1986: p. 479)

⁶ A Primeira Guerra Mundial deu fim às dinastias- surge a Liga das nações. É a primazia dos Estados-nação. A Segunda marca esse nível máximo. Surgem a ONU e Israel. O nacionalismo vai se metamorfoseando nesse trâmite.

imaginário e o poder, as explosões do corpo memorial do Ocidente e a explosão de ficcionalidade geraram reconfigurações do espaço na *perspectiva do narrador tizangarense* como uma espécie de des(re)geografização performática, compreendida como o desmascaramento das condições histórico-geográficas que mapearam as fronteiras artificiais moçambicanas, e ao mesmo tempo a ressemantização de uma geografia baseada na diversidade, na performatividade do mosaico tizangarense/moçambicano. Neste sentido, a obra narra a explosão dos corpos dos boinas azuis da ONU, o que metaforicamente é lido como a explosão do corpo memorial do Ocidente. Dessa explosão resta apenas o pênis como símbolo fálico e falido da ação civilizatória do Ocidente no minado espaço tizangarense.

O Último vôo do flamingo, também se constitui como uma das mais constrangedoras experiências humanas, pois ao enunciar sua fabulação, desmascarou as constrangedoras tensões que se estabeleceram a partir do colonialismo que ali se implantou, a colonialidade gerada pelo término do colonialismo, o acirramento das disputas internas e externas para a garantia do território, os conflitos interétnicos, as lutas de libertação nacional e as ingerências globalizantes, e deslocou o conceito de espaço até então concebido como resultado do processo imperialista da ocupação e da partilha da África.

O Último vôo do flamingo, espaço de linguagem literária, é ainda o mais emancipador dos constructos humanos, pois, mais que encenar os dramas do colonialismo e da colonialidade, operacionalizou estratégias intersemióticas de abolição da escravatura imposta ao sentido de ser moçambicano e ao sentido do espaço-nação moçambicano. De fato o espaço romanesco, o espaço literário, foi construído pelo “uso” que o narrador tizangarense fez da linguagem, fazendo surgir diferentes perspectivas da memória moçambicana ao criar espaços memoriais tizangarenses. *O Último vôo do flamingo* materializou através da linguagem literária um tipo de espaço para além de sua função estruturante, um espaço mediado e mediatizado pela desficcionalização do espaço cristalizado e pela explosão de linguagem em permanente esforço de esgarçamento dos rígidos padrões a ele impostos. Nesse procedimento, o narrador constrói uma consciência reflexiva, porque opera diferentes níveis de percepção, e promove uma auto-consciência como intelectual, porque ao operar diferentes memórias engendra a Poética do espaço.

O problema em torno do qual as perspectivas perturbadora, constrangedora e emancipadora foram engendradas, está ligado à idéia de espaço como *performance* e devir. Tizangara como um microcosmo de Moçambique nos mostra como a cidade/Vila/subúrbio/campo é performaticamente o lugar que fora submetido a uma estratégia de enunciação eurofalogocêntrica metaforizada pela presença dos corpos dos boinas azuis da ONU. A narração vai mostrando os destroços da nação moçambicana por efeito da colonização, da guerra civil, e do destino ancorado na miséria.

A obra de Mia Couto desgeografiza a idéia de espaço que até então fora as raízes do Estado-nação moçambicano, que surge de fronteiras delimitadas por diferentes geografias na segunda metade do século XIX, quando países europeus já haviam atingido o limite de consumo e precisavam ampliar seus territórios conquistando novos consumidores e fontes de matéria-prima. A África foi o espaço-continente mais marcado pelas tensões e conflitos de ocupação imperialista, conflitos interétnicos, diversidades e adversidades, animosidades e rivalidades anteriores à própria partilha.

Moçambique figura como um dos mais complexos países desse espaço-continente. A história da colonização, o processo de descolonização, as lutas de libertação, a guerra civil, os problemas socioeconômicos, e as imposições da nova des-ordem mundial com a globalização, acirram ainda mais o problema do *locus* de enunciação da Vila de Tizangara e por extensão de todo o País. Muitos conflitos houve contra os limites impostos pelas fronteiras geográficas artificiais, mas muitos conflitos também existem em defesa dessas mesmas fronteiras, que restaram no período pós-colonial. Parece contraditório, mas *OUVF* aponta para as próprias especificidades com que o

tizangarense enuncia o *ethos* moçambicano, resultado de tensões e interações provenientes do colonialismo e da colonialidade.

Os países eurocêntricos mapearam os espaços africanos “conformando” nações rivais num mesmo Estado e dispersaram nações inteiras em diferentes Estados. Os mapas geográficos, durante a guerra fria, seguiram a disputa entre dois grandes eixos econômicos e o espaço foi definido nesta perspectiva. Os países ricos já se encontram em avançado estágio no processo de desenvolvimento, em direção à globalização, do capital internacional e transnacional, mas a economia dos países pobres, ex-colônias européias, está à margem de tal estágio de desenvolvimento. No entanto, a eles se impõem as mesmas ingerências. Após a “descolonização”, países africanos como Moçambique nem bem cumpriram as etapas de desenvolvimento econômico ou agrário, de industrialização de base, e já estão sob as demandas, aporias e ingerências da revolução técnico-científica e sob o impacto do capital internacional. Esse descompasso deixa Moçambique confinado e limitado a um espaço de indigência e assimetrias, o que serve para justificar sua pobreza e incapacidade para sair da situação de periferia e exclusão, e para disseminar a estereotipia, pois não se mostram as razões que engendraram esse quadro caótico em que ele se encontra.

Diante da problematização apresentada e do quadro de pauperização a que foi submetido Moçambique por conta das estratégias de mapeamento imperialista e dos novos mapas no período Pós-guerra Fria, *OUVF* desficcionaliza a narrativa eurocêntrica que nomeou, mapeou e situou o País na periferia. Explodem-se os corpos dos boinas azuis da ONU e as rígidas fronteiras geofísicas são distendidas e tensionadas em transfronteiras literárias, onde é instaurado *OUVF* como Poética do Espaço-nação moçambicano.

A identidade e a memória foram operacionalizadas como uma estratégia de construção do *ethos* moçambicano, já que este é a base do espaço-nação e como tal é a materialidade expressa pela identidade e a memória que se vão reformulando e fixando no discurso do narrador tizangarense. A identidade e a memória, como estratégias intersemióticas de construção do Espaço-nação moçambicano, se transformaram em operadores de um tipo de memória institucional, já que, como Literatura, estes não escapam à ordem do institucional, ainda que em uma perspectiva mais performática do que entronizadora ou essencialista.

N’*O Último vôo do flamingo*, através desta estratégia, há a explicitação do acervo da identidade e da memória na perspectiva da subalternidade. A identidade e a memória vão desficcionalizando uma memória consagrada pela ocidentalidade do *ethos* moçambicano. *O Último vôo do flamingo*, ao ficcionalizar a identidade e a memória moçambicanas, também operacionaliza a ficcionalização da oralidade como mais uma das estratégias que aponta para a diversidade lingüística em Moçambique, espaço de babelização performático dado o número de línguas distintas e de dialetos destas línguas ali faladas. O memorável é construído pela tensão entre o oral e o escrito. O corpo memorial do ocidente sempre foi hegemonicamente escrito, o que lhe permitiu a historicização igualmente hegemônica. Em contra-partida, *OUVF* incorpora elementos orais à escrita, bem como a interpenetra promovendo transculturações recíprocas. Estas nos remetem à idéia de tempo, à qualidade do que é temporal. É nesta direção, que a abordagem procurou examinar *O último vôo do flamingo* como poética do espaço, tentativa de inscrição transtemporal de novas possibilidades discursivas. A marca temporal se sustenta, se compreendermos a narrativa como resultado mnêmico de narrar. Nesta perspectiva, a obra conta, inclusive, com uma personagem que o atravessa e esgarça a concepção de tempo linear, que é Temporina.

Talvez o poder da Literatura em “recriar” Moçambique seja pequeno, já que a escrita ainda está restrita a poucos moçambicanos, mas ao criar tal obra, a própria tradição literária “obriga-se” a rasgar suas fronteiras num esforço de “ler” e interpretar Moçambique, não só tolerando as diferenças e contradições, mas abolindo edificações e cristalizações, e também “obrigando” os diferentes espaços de recepção do romance, ou seja, os leitores implícitos e explícitos mundo afora a conhecer as condições de construção da nação moçambicana...

A “alta” literatura, ou melhor, os aspectos entronizantes, civilizacionais e ocidentalizantes da tradição literária ocidental vão sendo rasgados como cânones num esforço agônico de se “reler” a suposta “periferia”, que paulatinamente vai se enunciando, como acontece n’*O último vôo do flamingo*. E então a própria “periferia” apesar de se constituir de inúmeras ex-colônias em sua maioria, ainda que tenham vivido colonialismos tão distintos, em momentos distintos e vivido processos históricos traumáticos e distintos, estas “periferias” podem retomar um diálogo com sua tradição (des)afortunada, ou melhor, tomar uma postura crítica com relação aos “seus destinos ancorados na pobreza”, na indigência, na institucionalização da corrupção, rompendo inclusive com os estigmas que lhes são lançados e que alguns que constituem a “periferia” acabam perpetuando. E a própria Literatura e a crítica vão se descolonizando neste aspecto.

Os narradores em *OUVF* são “*griôts*”, que vão tecendo as experiências de narrar. Estas operações mnêmicas e essencialmente culturais são capazes de abalar o imaginário e de ressemantizar as perspectivas. Não se pode mudar a seqüência linear e causal dos fatos, mas a Literatura pode reinterpretar os fatos, a linearidade e a causalidade, instaurando novas possibilidades. A imaginação criadora percebe aspectos inesperados e insuspeitados do real/imaginário e os transforma em narrativa, espaço-tempo como *performance*. É uma dinâmica que transforma o tempo em ações, e as circunscreve no indissolúvel tempo-espaço. A territorialidade discursiva é o resultado do trabalho têxtil de mentação e mediação metafórica que esgarça os limites impostos pelas fronteiras rígidas.

A personagem tizangarense é o sujeito de linguagem exatamente porque articula a experiência de narrar/enunciar o que fora “esquecido”, ou ainda não escrito, sob as perspectivas tizangarenses. A narrativa tizangarense é produto e produtora de territorialidades, memória tecida não como resgate, mas como inscrição na esfera da Literatura, daquilo ainda não captado pela escrita. Como produto, é resultado de tensionamentos entre a tradição oral e a tradição escrita que se interpenetram, quebrando, inclusive, o caráter monolítico da língua escrita. Como produtora, a narrativa (des)constrói territorialidades discursivas com o mesmo esforço agônico e mnêmico de esgarçamento de diferentes fronteiras.

O trabalho têxtil coutiano é em essência mnêmico e sob o prisma do tizangarense. A memória que o narrador tizangarense evoca é a memória oral, repleta de dimensões mítico-culturais, uma memória excluída dos mecanismos de enunciação escrita; daí a importância da oralidade como estratégia intersemiótica para a construção da obra como Poética do Espaço e tentativa de inscrição de “subalternos” na Literatura. Esta é ressemantizada não mais como formação discursiva entronizante e legitimadora dos suportes ocidentais como alta literatura, o que pressupõe uma baixa literatura, mas como espaço também performático de coabitabilidade e de tensões constantes de fronteiras esgarçadas. O autor submete o tempo e o espaço a diferentes articulações que nos permitem perceber múltiplas facetas dos fatos no tempo, as diferentes práticas subjetivas, regionais e culturais, face ao tempo cronológico, ao espaço geofísico e às ingerências globalizantes.

As fronteiras entre história e poéticas, real-imaginário, memória oral e escrita, língua e discurso, se diluem, esgarçam-se, ao se promoverem a consciência e a auto-determinação do narrador tizangarense. Essa consciência é resultante da ação performática que implica processos “mediáticos”, pois que perturba e constrange uma rede de formações discursivas hegemonicamente consagradas, entronizadas e dadas como inevitáveis. Mas os processos mediáticos operacionalizados pelo narrador-intelectual oferece ao tizangarense, de forma geral, a possibilidade de construção do *ethos* moçambicano a partir de sua própria auto-determinação, e lhe permite a inserção numa Literatura desocidentalizada, ou pelo menos problematizada quanto a sua exclusão do *corpus* literário do Ocidente, ou a sua inclusão como exótico e/ou periférico. O intelectual oferece ainda aos diferentes *topoi* de recepção do *OUVF* uma Literatura esgarçada pela inserção da mediática consciência, auto-consciência e auto-determinação do narrador-intelectual e das personagens tizangarenses.

A Poética do Espaço-nação moçambicano permite relações conflitivas tais como a explosão do corpo da ocidentalidade face à explosão da ficcionalidade coutiana, a materialidade das mediações através das estratégias intersemióticas e a materialidade da consciência que coesionou o esgarçamento do tecido social moçambicano. A Poética do espaço, construída através de diferentes estratégias, tem na regeografização uma possibilidade de redefinir Moçambique pela Literatura, o que é tarefa para muitas décadas. A regeografização implica a possibilidade de fazer mudanças no modo de relacionar-se com “o outro”, e também desse próprio “outro” em reconhecer-se face aos processos que lhe engendraram como exótico e periférico, e nos processos de renegociação permanente da construção de Moçambique. Nesse aspecto, não é o elevado número de línguas que dificulta a construção de uma unidade lingüística ou a construção do *ethos* e do espaço-nação moçambicano, como um mosaico de referências, uma totalidade heterogênea, mas o uso social, político e econômico da babelização como estratégia de controle. Fato é que este *ethos* e o espaço-nação estão em processo permanente e performático mesmo com toda a diversidade étnica e lingüística.

3- Conclusão

A título de conclusão, portanto, algumas provisoriiedades cabem a esta abordagem, já que se cumpriu como difícil tarefa de investigar tão movediço território: espaço onde as condições de observação e de análise interferem no objeto investigado, espaço onde os valores condicionam a visão lançada sobre a obra, espaço onde o imaginário irrompe incessantemente em função da perspectiva da ancestralidade e espaço analisado por uma ótica ávida por descolonizar suas próprias cristalizações.

Um pênis em plena entrelinha desta pesquisa encerra a construção da Poética do espaço-nação moçambicano como um mosaico de referências, uma mescla de percepções variadas sobre o Espaço-nação e as problemáticas advindas do processo de sua conformação geográfica, mas esse inusitado fato que inicia o romance aponta para a potência erótica que a inscrição da obra coutiana alcança. Nasce do confronto das explosões igualmente eróticas - as dos corpos dos pênis e a da ficcionalidade - a Poética do espaço-nação performático e do devir. Desse mesmo confronto bélico e erótico, emergem a consciência e a auto-consciência do intelectual, do narrador-intelectual, das personagens, do leitor implícito, da Literatura e da Crítica Literária, ao serem evocadas como *performance* e devir, e a dos *topoi* de recepção mundo afora. Promove-se a auto-consciência sobre os processos identitários em Moçambique e a auto-determinação dos que vivem à margem dos aspectos positivos da globalização ou dos que vivem no centro dos excludentes entraves globalizantes.

Referências Bibliográficas

- 1- **Agenda 2025- Visão e estratégias da Nação. Comitê de conselheiros. Maputo Moçambique: S/E, 2003.**
- 2- **Análise sobre as desigualdades em Moçambique. Disponível em: Observatório da Pobreza. www.op.gov.mz**
- 3- **ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.**
- 4- **ANDERSON, Terry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Tradutor: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.**
- 5- **BALEIRA, Sérgio. Nações concorrentes: estratégias de construção de identidade. In: FRY, Peter. *Moçambique. Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. P.p. 157-180.**
- 6- **BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradutor: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.**
- 7- **BHABHA, Homi, ed. *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990.**

- 8- ----- *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994.
- 9- BORGES, Edson. A Política cultural em Moçambique após a independência. In: FRY, Peter (Org.) *Moçambique. Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. P.p. 225-250.
- 10- BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. Tradutor: Joel J. da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- 11- CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas. Literatura e nacionalidade*. Lisboa: VEJA-Gabinete de edições, 1994.
- 12- CHIZIANE, Paulina. Moçambique. A literatura como forma de expressão popular. In: *Anais do Congresso Internacional Novas Literaturas de Língua Portuguesa*. Moçambique: GTME, SD.
- 13- COUTINHO, Afrânio. *O Processo da Descolonização Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- 14- COUTINHO, Eduardo F. (Org). *Cânones & Contextos: 5º Congresso ABRALIC – Anais 3 vols*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997-98
- 15- COUTO, Mia. *O último vôo do flamingo*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- 16- FIRMINO, Gregório. *A questão lingüística na África pós-colonial: O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo-Moçambique: PROMÉDIA, 2002.
- 17- GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1992.
- 18- GUELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- 19- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradutores: Mauro Gama et Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- 20- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In.: SILVA, Tomaz Tadeu(Org.) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2003. P.p 103-133.
- 21- HAMILTON, Russel G. *Literatura africana. Literatura necessária I. Angola*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- 22- LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Maputo-Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 2004.
- 23- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- 24- MACKENZIE, J. M. *A Partilha da África. 1880-1900*. São Paulo: Ática, 1994.
- 25- MELO, João de. A guerra colonial e as lutas de libertação nacional das literaturas da língua portuguesa. In.: *Os anos de guerra: 1961-1975: Os portugueses em África, crônica, ficção e história*. Lisboa: Dom Quixote, 1988. 2 vols. P.p. 10-30.
- 26- MOREIRA, Ruy. A geografia: o que é, para que serve e a quem serve... In: ----- *O que é Geografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. P.p. 7-11.
- 27- MUDIMBE, V. Y. (Org.) *Nations, Identities, Cultures*. Durham: Duke Up, 1997.
- 28- NASCIMENTO, Elisabete. Exu- princípio de ancestralidade africana face à Globalização. *Anais do Congresso de Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- 29- NOA, Francisco. *A escrita Infinita. Ensaios sobre literatura moçambicana*. Maputo-Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 1998.
- 30- *NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA*. São Paulo: Encyclopaédia Britânica do Brasil Publicações, 1998.
- 31- ROSÁRIO, Lourenço. *A narrativa africana de expressão oral. Transcrita em Português*. Portugal: Angolê, 1989.
- 32- SANTOS, Milton et alii.(Org.) *O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1997.
- 33- SERRA, Carlos. (Dir.) *Identidade, Moçambicanidade e Moçambicanização*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1998.
- 34- Síntese da IV reunião internacional de História da África. Disponível em: Arquivo histórico em Moçambique. www.ahm.uem.mz

35- TEMAPÉDIA BARSA. São Paulo: Encyclopaédia Britânica do Brasil, 1997.

[1]